



Universidade do Minho

CADERNO DE ENCARGOS

PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL ÀS INSTALAÇÕES DA UNIVERSIDADE DO MINHO E DOS SASUM

REFERÊNCIA DO PROCEDIMENTO: CPI-USGCI-13/2025

PARTE I Cláusulas Gerais

Artigo 1.º Objeto

- 1 – O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir nos contratos a celebrar na sequência de procedimento pré-contratual em assunto, que tem por objeto principal o fornecimento continuado de gás natural às instalações da Universidade do Minho (UMinho) e dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho (SASUM).
- 2 – Os pontos de consumo a abastecer, bem como as condições técnicas do fornecimento a contratar constam da **Parte II “Especificações Técnicas”** do presente caderno de encargos.
- 3 – Constituem, ainda, parte integrante do presente caderno de encargos os documentos **“Anexo A_Consumos 2024 por CUI_UMINHO”** e **“Anexo A_Consumos 2024 por CUI_SASUM”**.

Artigo 2.º Contrato

- 1 – O adjudicatário obriga-se a celebrar um contrato de fornecimento de gás natural por cada entidade integrante do Agrupamento de Entidades Adjudicantes.
- 2 – Os contratos serão reduzidos a escrito, nos termos do artigo 94.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as atualizações em vigor.
- 3 – Fazem parte integrante do contrato os seguintes documentos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 4 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2, a prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 5 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos ao conteúdo do contrato propostos, de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101.º deste mesmo diploma legal.

Artigo 3.º Prazo

- 1 – O contrato mantém-se em vigor **pelo prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses ou até ser atingido, durante esse prazo, o preço contratual (máximo)**, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da respetiva cessação.



2 – O contrato não pode iniciar a sua vigência e produzir quaisquer efeitos antes da data prevista para o término do contrato atualmente em vigor, exceto se o preço contratual do referido contrato for integralmente consumido antes dessa data:

| Contrato | Data de fim |
|-----------------|--------------------|
| UMINHO | 16-10-2025 |
| SASUM | 16-10-2025 |

3 – Sem prejuízo do disposto no artigo 21.º deste caderno de encargos, findo o prazo referido no número 1 e caso não tenha sido atingido o preço contratual, o contrato extingue-se sem que assista ao adjudicatário o direito a qualquer indemnização ou outra compensação, designadamente, pelo valor das prestações não executadas.

Artigo 4.º

Obrigações principais do adjudicatário

1 – Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a) Fornecimento de gás natural a todos os pontos de consumo identificados pelas entidades adjudicantes, em conformidade com os parâmetros de qualidade e requisitos técnicos e funcionais definidos pelas normas aplicáveis e legislação em vigor, designadamente, no Regulamento da Qualidade de Serviço e no Regulamento das Relações Comerciais, ambos emitidos pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE);
- b) Assegurar o fornecimento em conformidade com os parâmetros de qualidade do serviço e requisitos técnicos e funcionais mínimos, definidos na legislação em vigor, designadamente no Regulamento da Qualidade de Serviço e no Regulamento das Relações Comerciais, emitidos pela ERSE;
- c) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o cumprimento das obrigações assumidas no contrato, assim como cumprir com todas normas legais e regulamentares aplicáveis ao exercício da sua atividade;
- d) Cumprir com todas as normas legais e regulamentares aplicáveis ao exercício da sua atividade;
- e) Reportar mensalmente à entidade adjudicante relatórios referentes aos consumos da instalação, individualmente e agregados, em conformidade com os Regulamentos das Relações Comerciais (RRC) e da Qualidade de Serviço do Sector do Gás Natural (RQS);
- f) Executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas;
- g) Comunicar à entidade adjudicante a nomeação do Gestor de Cliente responsável pelo contrato celebrado e quaisquer alterações relativas à sua nomeação;
- h) Assegurar que para todas as matérias colocadas pela entidade adjudicante ao respetivo Gestor de Cliente, o tempo de resposta não exceda 5 (cinco) dias úteis, nas situações normais e 2 (dois) dias úteis nas situações urgentes;
- i) Assegurar a criação de um módulo de cliente, para consulta de uma conta *online*, facultando à entidade adjudicante a possibilidade de acesso e consulta às contas correntes de cada uma das instalações em serviço;
- j) Garantir o acesso por parte da entidade adjudicante, a um módulo de cliente, para verificação *online* das leituras dos contadores instalados nos diferentes pontos de consumo, conforme definidos no âmbito do presente contrato;
- k) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à entidade adjudicante, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- l) Comunicar, antecipadamente, à entidade adjudicante, de forma fundamentada, logo que deles tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a execução do fornecimento objeto do contrato, bem como o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, obrigando-se, se tal for aceite e oportuno, a restabelecer a prestação ou reparar o incumprimento em prazo razoável;
- m) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que se executa o fornecimento, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem;
- n) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças, bem como respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, necessários ao pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;



- o) Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de aquisição, bem como a situação tributária e perante a segurança social regularizadas;
- p) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica ou situação comercial;
- q) Não ceder a sua posição contratual sem prévia autorização da entidade adjudicante.

2 – O adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao fornecimento, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das prestações contratuais a que está obrigado.

Artigo 5.º

Encargos com direitos de propriedade intelectual ou industrial

São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no âmbito do contrato celebrado, de direitos de propriedade intelectual ou industrial, nos termos do artigo 447.º do CCP.

Artigo 6.º

Objeto e prazo do dever de sigilo

1 – O adjudicatário deve guardar sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando as condições estabelecidas no presente contrato ou informações e documentação técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, que no âmbito da formação e da execução do contrato, possa ter conhecimento, incluindo os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros neles envolvidos, salvo com o consentimento expresso da entidade adjudicante.

2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destino direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 – Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4 – O dever de sigilo mantém-se em vigor indefinidamente, até autorização expressa em contrário pela entidade adjudicante, a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Artigo 7.º

Preço Base

1 – O preço máximo que as entidades adjudicantes se dispõem a pagar por todas as prestações objeto do respetivo contrato, nos termos do artigo 47.º do CCP, corresponde ao valor indicado na tabela *infra*, ao qual acresce o montante correspondente ao IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

| Entidade | Preço Base (s/IVA) |
|-----------------|--|
| UMINHO | 1.200.000,00€ (um milhão e duzentos mil euros) |
| SASUM | 350.000,00€ (trezentos e cinquenta mil euros) |

2 – O preço fixo da energia por kWh (*Pf*) **não pode em caso algum ser superior a 0,008 EUR/kWh**, valor a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, independentemente do escalão de consumo.

3 – O preço referido no número um inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contratante público, designadamente com alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.



Artigo 8.º

Preço contratual

1 – Pelo fornecimento objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário, o preço por kWh (parcela não regulada do preço de venda do gás natural) determinada nos termos da seguinte expressão matemática e acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido:

$$PE = \text{Indexante} + Pf$$

Em que:

PE = Preço da energia por kWh (Parcela Não Regulada);

Indexante = Valor médio mensal dos preços diários da energia, que serve de referência para cálculo do PE, divulgado na(s) fonte(s) constante da proposta adjudicada, em kWh;

Pf = Preço fixo da energia por kWh, constante da proposta adjudicada, **que não pode em caso algum ser superior a 0,008 EUR/kWh**, independentemente do escalão de consumo.

2 – A entidade adjudicante obriga-se, ainda, a pagar ao adjudicatário o valor relativo a taxas legalmente obrigatórias, bem como outros custos e encargos que, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis devam ser cobrados aos consumidores finais de gás natural e consequentemente não sujeitas a concurso.

3 - O somatório do preço por kWh (**PE**), multiplicado pelas quantidades efetivas de consumo e acrescido de todos os outros elementos que compõem a fatura a pagar ao adjudicatário e que não se encontram submetidos à concorrência por serem regulados por entidades terceiras não pode, em qualquer caso, ser superior aos valores indicados na tabela *infra* a que acresce IVA à taxa legal.

| Entidade | Preço Base (s/IVA) |
|----------|--|
| UMINHO | 1.200.000,00€ (um milhão e duzentos mil euros) |
| SASUM | 350.000,00€ (trezentos e cinquenta mil euros) |

4 – O preço contratual (máximo) irá corresponder ao preço referido no número anterior.

5 – Os preços fixos constantes da proposta (**Pf**) não são revistos durante a vigência do contrato.

6 – O preço aplicável, nos termos dos números anteriores, tem por referência:

- O quadro legislativo e regulamentar em vigor;
- O perfil de consumo expectável, apresentado nas peças do procedimento, que deve ser considerado como referência, não se responsabilizando a entidade adjudicante, por quaisquer alterações ao mesmo que possam ocorrer durante o período de vigência do contrato, podendo vir a ser solicitados fornecimentos de quantidade inferior ou superior à previsão, desde que respeitando os limites e imposições legais do procedimento, nomeadamente, o do respetivo preço base.

Artigo 9.º

Condições de Pagamento

1 – As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos do artigo anterior, devem ser pagas mensalmente, no prazo de 30 (trinta) dias após a receção das respetivas faturas, que só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação correspondente e devem ser acompanhadas de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua verificação, bem como respeitar as formalidades legalmente exigidas.

2 – Para efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida no primeiro dia do mês seguinte àquele a que respeita o fornecimento em questão.

3 – Além da informação sobre o preço do gás natural e os valores de consumo relativos ao período de faturação, as faturas emitidas devem desagregar os valores faturados, evidenciando, nomeadamente, os consumos por ponto de consumo e os valores relativos às tarifas de acesso às redes.

4 – As entidades adjudicantes que constituem o agrupamento são exclusivamente responsáveis pelos pagamentos ao abrigo do contrato que venham a celebrar com o adjudicatário, obrigando-se este último à emissão das faturas em nome de cada uma das entidades adjudicantes, por referência aos CUI abrangidos pelo respetivo contrato e aos consumos efetivamente verificados.



5 – Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este último obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

6 – Independentemente do referido nos números anteriores, os pagamentos a efetuar ao abrigo do objeto do contrato só serão efetuados depois de verificados todos os formalismos legais a que obedecem as despesas públicas.

Artigo 10.º

Auditorias

A qualquer momento, a entidade adjudicante ou outra entidade mandatada para o efeito, podem solicitar informação ou realizar auditorias com vista à monitorização da qualidade da execução do contrato e do cumprimento das obrigações legais e, quando justificado, aplicar as devidas sanções e penalidades ou, quando aplicável, reportar as ocorrências às entidades competentes.

Artigo 11.º

Penalidades contratuais

1 – O incumprimento das obrigações emergentes do contrato, por razões imputáveis ao adjudicatário, confere à entidade adjudicante o direito a ser ressarcida através da aplicação de sanção pecuniária, a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos termos do artigo 329.º do CCP.

2 – Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

3 – A acumulação das penas pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo da resolução do contrato nos termos legais.

4 – Nos casos em que seja atingido o limite previsto no n.º anterior e a entidade adjudicante decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.

5 – Para efeitos dos limites previstos nos n.ºs 3 e 4, quando o contrato previr prorrogações expressas ou tácitas, o valor das sanções a aplicar deve ter por referência o preço do seu período de vigência inicial.

6 – Caso o adjudicatário não garanta os níveis de serviço e requisitos técnicos e funcionais mínimos, de acordo com a legislação em vigor, designadamente no Regulamento de Relações Comerciais, no Regulamento da Qualidade de Serviço e no Regulamento Tarifário, ser-lhe-ão aplicadas as sanções especialmente previstas nesses regulamentos.

7 – Considera-se haver incumprimento definitivo, suscetível de aplicação da sanção de resolução sancionatória quando, após notificação e concessão de prazo para o cumprimento da obrigação em falta, o cocontratante continue a incorrer em incumprimento.

8 – A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos do presente artigo.

9 – As penas pecuniárias eventualmente aplicáveis ao adjudicatário não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

10 – Em caso de atraso da entidade adjudicante no cumprimento das suas obrigações pecuniárias, o adjudicatário tem direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora, nos termos previstos no artigo 326.º do CCP.

Artigo 12.º

Resolução por parte do contraente público

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

2 – O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário.

Artigo 13.º

Resolução por parte do adjudicatário

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando:



a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 (seis) meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;

2 – O direito de resolução é exercido por via judicial nos termos do Artigo 20.º.

3 - Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à entidade adjudicante, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4 - A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Artigo 14.º

Casos fortuitos ou de força maior

1 – Não podem ser impostas penalidades, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar, que se reconduzem expressamente a tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas, exceto as que resultem de incumprimentos de deveres e normas legais a que está obrigado.

2 – A parte que invoca casos fortuitos ou de força maior deve comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

3 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Artigo 15.º

Transição do fornecimento objeto do contrato

Em qualquer caso de extinção do contrato, independentemente do motivo que lhe der origem, o adjudicatário obriga-se a prestar toda a assistência necessária na transição do fornecimento objeto do contrato para terceiro a designar pela entidade adjudicante, de modo a que se garanta a continuidade do mesmo e a transição ocorra de forma progressiva e ordenada, assegurando a mínima perturbação possível ao fornecimento de gás natural às instalações.

Artigo 16.º

Subcontratação e cessão da posição contratual

O adjudicatário poderá subcontratar ou ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato, mediante autorização prévia e por escrito da entidade adjudicante e nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 17.º

Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante

Em caso de incumprimento das obrigações emergentes do contrato, por razões imputáveis ao adjudicatário, que confira à entidade adjudicante o direito a resolver o contrato nos termos do artigo 14.º do caderno de encargos e demais de direito, este deve ceder a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato, que venha a ser indicado pela entidade adjudicante, pela ordem sequencial daquele procedimento, nos termos e para os efeitos do artigo 318.ºA do CCP.

Artigo 18.º

Gestor do Contrato

1 – A entidade adjudicante procederá à designação de um ou mais gestores do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP.



2 – Cabe ao gestor do contrato exercer as competências que expressamente decorram da lei, bem como as que lhe sejam atribuídas pela entidade adjudicante, em matéria de acompanhamento da execução e verificação do cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais assumidas pelo adjudicatário.

3 – No desempenho das suas funções o Gestor do Contrato tem direito de acesso e consulta a toda a documentação relacionada com as atividades objeto do presente procedimento.

4 – Caso o gestor detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.

5 – O adjudicatário obriga-se a cooperar com o Gestor do Contrato, designado pela entidade adjudicante, na prossecução das atividades de acompanhamento que este tem a seu cargo.

Artigo 19.º

Comunicações e notificações

1 – Sem prejuízo de poderem ser aprovadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domínio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 – Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Artigo 20.º

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes da interpretação ou execução do contrato fica estipulada a competência do juízo de contratos públicos do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

Artigo 21.º

Alterações ao contrato

1 – No decorrer da vigência do contrato, a entidade adjudicante poderá alterar os pontos de entrega constantes da Parte II do presente caderno de encargos, designadamente, por inclusão de novos postos de fornecimento e/ou, pelo contrário, desativação de alguns dos existentes.

2 – Os novos pontos de entrega, criados durante a execução do contrato, ficarão sujeitos às mesmas condições contratuais para os demais.

3 – A entidade adjudicante pode prorrogar o prazo de execução previsto no n.º 1 do artigo 3.º do presente caderno de encargos até ao limite do preço contratual, caso seja previsível que este não venha a esgotar-se no período de vigência inicial do contrato.

4 – A eventual prorrogação do prazo de execução do contrato, nos termos do número anterior, não concede ao adjudicatário o direito ao recebimento de outras importâncias, que não as que resultem diretamente do artigo 10.º do presente caderno de encargos, nomeadamente, a título de compensação.

5 – Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o prazo de vigência do contrato não pode ser superior a 3 (três) anos, incluindo quaisquer prorrogações.

6 – Qualquer alteração ao contrato deverá constar de documento escrito assinado pelas partes.

Artigo 25.º

Execução e liberação da caução

1 – A caução prestada pelo adjudicatário para garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento das obrigações emergentes da sua celebração, nos termos do Programa do Procedimento, pode ser executada pela entidade adjudicante, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo fornecedor das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.

2 – A resolução do contrato pela entidade adjudicante não impede a execução da caução.

3 – A execução parcial ou total da caução prestada pelo cocontratante constitui o fornecedor na obrigação de proceder à reposição do respetivo valor, no prazo de 15 dias, após a notificação da entidade adjudicante para esse efeito.

4 – A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos.



Universidade do Minho

Artigo 26.º

Legislação aplicável

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as atualizações em vigor, e demais legislação específica aplicável.



Universidade do Minho

PARTE II

Especificações Técnicas

Artigo 1.º

Caracterização das instalações

1 – Os perfis de consumo das diversas instalações estão patentes nos documentos apresentadas no “**Anexo A_Consumos 2024 por CUI_UMINHO**” e “**Anexo A_Consumos 2024 por CUI_SASUM**”, que constituem parte integrante do presente caderno de encargos.

2 – Os consumos apresentados no Anexo A são meramente indicativos, podendo vir a ser alterados pela introdução de quaisquer variações de consumo que possam ocorrer durante a execução do contrato, não vinculando, por esse facto, a entidade adjudicante à sua efetiva aquisição.

3 – As instalações abrangidas pelos contratos a celebrar, respetivamente, são as *infra* identificadas:

– UMINHO

- Gualtar - Central Térmica CT1 (PT 1601 000 000 066 256 ZZ)
- Gualtar - Central Térmica CT2 (PT 1601 000 000 231 356 QC)
- Gualtar - Complexo Pedagógico II (PT 1601 000 000 231 355 QL)
- Gualtar - Complexo Pedagógico III (PT 1601 000 000 001 374 ES)
- Gualtar - Expansão Escola de Ciências (PT 1601 000 000 039 756 NX)
- Gualtar - Escola de Engenharia II (PT 1601 000 000 107 603 HF)
- Gualtar - Instituto de Ciências Educação (PT 1601 000 000 124 618 EW)
- Gualtar - Escola de Direito (PT 1601 000 000 275 866 CW)
- Gualtar - Escola de Medicina (PT 1601 000 000 141 607 RV)
- Gualtar - Engenharia Biológica (PT 1601 000 000 066 257 ZS)
- Gualtar – IBS (PT 1601 000 000 564 068 SZ)
- Braga - Congregados (PT 1601 000 000 208 013 JE)
- Azurém - CT1 (PT 1601 000 000 031 434 HZ)
- Azurém – Arquitetura (PT 1601 000 000 095 724 FL)
- Azurém – Escola de Engenharia (PT 1601 000 000 045 419 MS)
- Azurém – Escola de Ciências (PT 1601 000 000 031 836 JW)
- Azurém – IBS (PT 1601 000 000 490 597 HM)
- Guimarães Centro – CFPG Couros (PT 1601 000 000 404 871VT)
- Guimarães Centro – Teatro Jordão / Garagem Avenida (PT 1601 000 000 646 903 YA)
- Taipas - I3Bs – Taipas (PT 1601000000659465 TF)

– SASUM



Universidade do Minho

- Azurém - Complexo Universitário Azurém - Cantina, Grill e Rampa B (PT 1601 000 000 104 015 TF)
- Gualtar - Complexo Universitário Gualtar - Cantina e Restaurante Panorâmico (PT 1601 000 000 198 089 LB)
- Gualtar - Complexo Universitário Gualtar – Cantina (PT 1601 000 000 198 092 LZ)
- Gualtar - Complexo Universitário Gualtar – Cantina (PT 1601 000 000 198 094 LQ)
- Gualtar - Complexo Universitário Gualtar – Grill (PT 1601 000 000 198 090 LN)
- Gualtar - Complexo Universitário Gualtar - Restaurante Panorâmico (PT 1601 000 000 198 091 LJ)
- Gualtar - Complexo Universitário Gualtar – Cantina (PT 1601 000 000 198 093 LS)
- Gualtar - Pavilhão Desportivo de Gualtar (PT 1601 000 000 231 354 QH)
- Sta. Tecla - Complexo Residencial - Cantina, lavandaria, CCFSTecla, Bloco A, B, C e D (PT 1601 000 000 247 948 WY)

Artigo 2.º

Especificações mínimas

O adjudicatário deve cumprir, no mínimo, as especificações de fornecimento referidas no presente caderno de encargos e nas normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente, mas sem excluir outras, nos Regulamentos das Relações comerciais (RRC) e da Qualidade de Serviço do setor do gás natural (RQS).

Artigo 3.º

Níveis de serviço

O adjudicatário obriga-se a assegurar o cumprimento dos níveis de serviço e requisitos técnicos e funcionais mínimos, de acordo com a legislação em vigor, designadamente os previstos no:

- a) Regulamento de relações comerciais (RRC);
- b) Regulamento da qualidade de serviço (RQS);
- c) Regulamento Tarifário; e
- d) Lei n.º 5/2019, de 11 de janeiro, que aprova o regime de cumprimento do dever de informação do comercializador de energia ao consumidor.